

# Privados chamados a reduzir défice de 400 MW na eletricidade de Luanda

10 de Maio, 2016

A província de Luanda enfrenta um défice de fornecimento de eletricidade que ronda os 400 MegaWatts (MW), sendo uma das soluções adotadas pelo Governo para reforçar a produção a contratação de produtores privados. A informação consta de um despacho presidencial de abril passado, autorizando o contrato de aquisição de energia de 50 MW à empresa LS Energia, que opera a central de Viana, arredores de Luanda, por um período de cinco anos, revela a agência Lusa.

A LS Energia tem sede no Panamá, projetando e instalando infraestruturas para a geração de eletricidade, sendo agora contratada como produtora independente, para injeção da eletricidade produzida na rede elétrica nacional. O despacho, de 20 de abril de 2016, justifica a aquisição desta potência garantida, como outras entretanto realizadas, com os “estudos realizados para avaliar a relação de oferta e procura de energia para a região de Luanda”, que indicam “a existência de um défice na rodem dos 400 MW até à entrada em operação dos Projetos Estruturantes de Produção já em curso.

Este défice provoca constantes cortes no abastecimento de eletricidade a Luanda, obrigando ao recurso a geradores individuais a gásóleo ou gasolina.

Num encontro com os jornalistas na segunda-feira, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, explicou que o executivo está a apoiar a entrada dos privados no setor elétrico angolano, na distribuição e sobretudo na produção, através deste tipo de contrato para injeção de eletricidade na rede nacional. O governante reconheceu ainda que a tarifa paga pelos consumidores angolanos – a eletricidade chega apenas aos grandes centros urbanos – é “muito baixa” e “necessariamente” os preços terão de ser atualizados em função dos custos reais da operação.

Para suprir o défice energético no país – e não apenas em Luanda -, o Governo angolano tem em curso vários projetos para elevar a produção nacional, nomeadamente obras em duas barragens, a cargo da construtora brasileira Odebrecht.

É o caso do Aproveitamento Hidroelétrico de Laúca, no rio Kwanza, província de Malange, obra no valor de 4,3 mil milhões de dólares (3,8 mil milhões de euros), envolvendo financiamento da linha de crédito do Brasil, e que a partir de 2017 vai produzir 2.070 MW e servir oito milhões de pessoas.

Outra das obras envolve o reforço da potência do Aproveitamento Hidroelétrico de Cambambe, no mesmo município, que vai passar dos atuais 180 MW – desde a inauguração em 1963, no tempo colonial português – para 960 MW e que entra em funcionamento, faseadamente, durante o segundo semestre de 2016.

Já a futura central de ciclo combinado do Soyo, cuja construção está a cargo

do grupo China Machinery Engineering Corporation (CMEC), e que vai custar ao Estado angolano cerca de 850 milhões de euros, permitirá garantir eletricidade à capital, Luanda, e ao norte de Angola, a partir de 2017, com 750 MW.